

PLANO ESTRATÉGICO

TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DE
PERNAMBUCO

2021

2026

PLANO ESTRATÉGICO

Tribunal de Justiça de Pernambuco
2021 - 2026



MESA DIRETORA

PRESIDENTE

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

1º VICE PRESIDENTE

Des. Eurico de Barros Correia Filho

2º VICE PRESIDENTE

Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

TRIBUNAL PLENO

Jones Figueirêdo Alves - aposentadoria em 19.08.2022
José Fernandes de Lemos - aposentadoria em 23.06.2021
Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes - aposentadoria em 10.03.2025
Jovaldo Nunes Gomes - aposentadoria em 23.03.2022
Fernando Eduardo de Miranda Ferreira - aposentadoria em 13.09.2022
Frederico Ricardo de Almeida Neves
Leopoldo de Arruda Raposo - aposentadoria em 07.08.2023
Marco Antônio Cabral Maggi - aposentadoria em 05.01.2024
Adalberto de Oliveira Melo
Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Alberto Nogueira Virgínio – 1º Vice-Presidente
Antônio Fernando Araújo Martins - aposentadoria em 11.09.2024
Ricardo de Oliveira Paes Barreto
Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Antônio de Melo e Lima - aposentadoria em 05.01.2024
Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello – Presidente
Antenor Cardoso Soares Júnior - aposentadoria em 31.03.2026
José Carlos Patriota Malta - aposentadoria em 01.07.2022
Alexandre Guedes Alcoforado Assunção – Corregedor
Eurico de Barros Correia Filho - aposentadoria em 21.12.2022
Mauro Alencar de Barros
Fausto de Castro Campos – 2º Vice-Presidente
Francisco Manoel Tenório dos Santos - aposentadoria em 20.04.2023
Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Antônio Carlos Alves da Silva - aposentadoria em 24.11.2023
Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
José Ivo de Paula Guimarães
Josué Antônio Fonseca de Sena
Agenor Ferreira de Lima Filho – Ouvidor-Geral
Itabira de Brito Filho - aposentadoria em 10.05.2024
Alfredo Sérgio Magalhães Jambo - aposentadoria em 20.07.2022
Roberto da Silva Maia - aposentadoria em 28.01.2022
Jorge Américo Pereira de Lira
Erik de Sousa Dantas Simões
Stênio José de Sousa Neiva Coêlho
André Oliveira da Silva Guimarães

Itamar Pereira da Silva Júnior
Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo
Daisy Maria de Andrade Costa Pereira – Diretora-Geral da ESMAPE
Eudes dos Prazeres França
Carlos Frederico Gonçalves de Moraes
Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima
Márcio Fernando de Aguiar Silva
Humberto Costa Vasconcelos Júnior
Waldemir Tavares de Albuquerque Filho
José Viana Ulisses Filho
Sílvio Neves Baptista Filho
Demócrito Ramos Reinaldo Filho
Évio Marques da Silva
Honório Gomes do Rego Filho
Ruy Trezena Patu Junior
Isaías Andrade Lins Neto
Paulo Romero de Sá Araújo
Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho
Raimundo Nonato de Souza Braid Filho
Eduardo Guilliod Maranhão
Luiz Gustavo Mendonça de Araújo
Paulo Augusto de Freitas Oliveira
Alexandre Freire Pimentel
Luciano de Castro Campos
Valéria Bezerra Pereira Wanderley
Paulo Roberto Alves da Silva
André Vicente Pires Rosa
José Severino Barbosa
Virgínio Marques Carneiro Leão
Airton Mozart Valadares Vieira Pires
Marcelo Russell Wanderley
Ângela Cristina de Norões Lins Cavalcanti
Andrea Epaminondas Tenório de Brito
Élio Braz Mendes
Marcos Antônio Matos de Carvalho
Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Djalma Andreino Nogueira Júnior
Carlos Gil Rodrigues Filho



COMISSÃO GESTORA DO PLANEJAMENTO

JOSÉ FAUSTINO MACEDO DE SOUZA FERREIRA
Juiz - IDEIAS¹

MAURÍCIO BRAINER JÚNIOR
Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica;

MARIA IZABELE NORONHA CABRAL
Escritório de Projetos;

RODOLFO HONORATO KLOSTERMANN ANTUNES
Auditoria de Inspeção;

ANGELA ALVES DE ARAÚJO BARROS
Núcleo de Estatística;

KLEBER PINTO BIONDI VIEIRA
Escritório de Projetos;

SIDARTA MANOEL FERNANDES FERREIRA
Comitê Gestor de Metas;

VIVIANE FREIRE FLORENTINO
Escritório de Projetos.

COLABORADORES

GESTOR DAS METAS NACIONAIS
Des. Mauro Alencar De Barros;

ASSESSORA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA
Juíza Fernanda Pessoa Chuahy de Paula;

ASSESSOR ESPECIAL DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
Juiz Gleydson Gleber Bento A De Lima Pinheiro;

COORDENAÇÃO DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E DE DADOS
Juíza Catarina Vila-Nova Alves De Lima;

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA
Lívia Leite Mota;

CHEFE DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Alessandra Barbara Santos De Almeida;

ASSESSOR DE GOVERNANÇA DE TI
Justiniano Frederico Saraiva Vasconcelos;

ASSESSORA ADJUNTA DE COMUNICAÇÃO
Rebeka De Queiroga Maciel;

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÕES APLICADAS
João Guilherme De Melo Peixoto.

¹ Atualmente Juiz Coordenador-Geral da Coordenadoria de Governança Institucional.

Sociedade

Garantir os Direitos Fundamentais

Fortalecer as Relações Institucionais do Judiciário com a Sociedade

Processos Internos

Promover Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Enfrentar a Corrupção, a Improbidade administrativa e os Ilícitos eleitorais

Prevenir Litígios e Adotar Soluções Consensuais para os Conflitos

Consolidar os Sistema de Precedentes Obrigatórios

Promover a Sustentabilidade

Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal

Aperfeiçoar a gestão administrativa e a Governança Judiciária

Aprendizado e Crescimento

Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas

Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira

Fortalecer a estratégia nacional de TIC e e proteção de dados

Missão
Realizar Justiça


Visão
Em 2026, ser reconhecido pela sociedade como uma justiça célere e efetiva.

Valores:

- Acessibilidade
- Inovação
- Ética
- Transparência
- Responsabilidade (Social, Econômica e Ambiental)
- Probidade Administrativa
- Celeridade
- Eficiência
- Integridade
- Credibilidade
- Imparcialidade



APRESENTAÇÃO



Buscando definir diretrizes nacionais para os órgãos do Poder Judiciário durante o próximo sexênio, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definiu, por meio da Resolução 325, a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, contemplando a Missão, Visão, Atributos de Valor, Macrodesafios e respectivos indicadores de desempenho, assim como também foram especificadas as diretrizes para todos os tribunais do Poder Judiciário realizarem seus próprios planos estratégicos.

O Judiciário nacional vem atravessando uma enorme transformação estrutural devido à rápida disseminação das plataformas digitais, algo que se tornou ainda mais evidente com a Pandemia da Covid-19. Todas essas mudanças de perspectivas vêm provocando inúmeros desafios e exigindo um comportamento disruptivo nas rotinas de trabalho, o que nos força a buscar uma reestruturação organizacional.

Um exemplo dessa reestruturação é a Criação de Núcleos de Justiça 4.0, a centralização das secretarias das varas que utilizam o PJe, o uso da Inteligência artificial como auxiliar dos trâmites processuais. Outro ponto fundamental é a priorização da Gestão de riscos de segurança da informação, que demanda maiores investimentos. Pois, ao não existir mais redundância em papel, tal medida é necessária para garantir a integridade da informação no meio digital.

Com esse enfoque, o Planejamento do Judiciário Pernambucano - PJPE para o período de 2021 a 2026, apresentado por este documento, contempla um conjunto de Objetivos estratégicos, Indicadores e Iniciativas em alinhamento às diretrizes estratégicas e Macrodesafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), necessidades institucionais atuais e futuras, além da constante missão de difundir e auxiliar o processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Norteador dos projetos selecionados pela instituição tem-se o entendimento de que a eficácia e a eficiência devem apoiar-se em ações e decisões agregadoras. Elas devem guiar uma organização na sua missão sempre associando a elementos que visam o futuro, a relação entre atividades fim e meio e a conexão com os objetivos e metas a atingir, para que a sociedade possa perceber os resultados alcançados.

ELABORAÇÃO

A construção do Plano Estratégico do Poder Judiciário Estadual de Pernambuco para o período de 2021 a 2026, foi realizada em fases, envolvendo magistrados e servidores da área fim e área meio, além de membros da sociedade civil, que este ano contribuiu com iniciativas para ajudar a superar os principais desafios do judiciário estadual.

Foram critérios para construção do plano: o alinhamento à estratégia nacional do poder judiciário, num horizonte de seis anos, 2021 A 2026; O conteúdo temático dos Macrodesafios, indicadores de desempenho e das diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020 do CNJ; As Metas Nacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

ETAPAS DE CRIAÇÃO:

Março 2020 - Encontros regionais: A iniciativa, que teve início em março de forma presencial e terminou em outubro de forma virtual, reuniu magistrados e servidores para discutir e aperfeiçoar a prestação jurisdicional e a comunicação interna do judiciário pernambucano. Os participantes foram divididos em grupos de trabalho, sob a coordenação de juízes assessores da presidência e da corregedoria geral do TJPE, para debaterem sobre as principais dificuldades encontradas nas unidades judiciárias, além de apresentarem sugestões para solucionar os problemas levantados.

Dezembro 2020 - CRIEJAM: Foi um evento voltado ao desenvolvimento de soluções inovadoras, criativas e focadas nos desafios do século xxi. Tomando como base o improviso, a criatividade e a co-criação, a CRIEJAM buscou estabelecer um diálogo com o ecossistema da inovação a partir de desafios concretos e de forte impacto tecnológico e social. As soluções desenvolvidas pelos participantes foram focadas em quatro macro temáticas, a saber: a) justiça digital; b) justiça especializada; c) comunicação; d) gestão inovadora. Foram aproximadamente 60 (sessenta) participantes, incluindo membros da sociedade civil.

Mai 2021 - Consulta Pública: Foi disponibilizado para o público interno e externo do TJPE com o objetivo de levantar iniciativas para o planejamento estratégico que estivessem alinhadas aos Macrodesafios do judiciário nacional. Foram mais de 100 (cem) contribuições. Advogados, membros do ministério público, procuradores foram alguns dos participantes externos.

Mai 2021 - Oficinas setoriais: Foram 6 encontros virtuais promovidos pela coordenadoria de planejamento estratégico (Coplan) de aproximadamente 4 horas de duração. Cada oficina teve como tema um Macrodesafio elencado pela Resolução nº 325 do CNJ. Participaram gestores e servidores de unidades estratégicas do TJPE que puderam contribuir com propostas de iniciativas para melhoria dos indicadores relacionados a cada objetivo estratégico. A metodologia utilizada foi de problematização e construção coletiva de soluções

Junho 2021 - Oficinas temáticas: Durante os dias 08 e 09 de junho, a partir de uma parceria realizada entre a coordenadoria de planejamento (Coplan) e o instituto de desenvolvimento de inovações aplicadas ao tribunal de justiça de Pernambuco (IDEIAS TJPE), foi realizada, em formato remoto, a oficina “planejamento estratégico 2021-2026”. Com o objetivo de desenvolver soluções voltadas aos Macrodesafios agilidade e produtividade na prestação jurisdicional e aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal, utilizou-se, entre as abordagens teórico-metodológicas selecionadas, o pensamento de design (*design thinking*), métodos ágeis de gestão de processos e projetos, como também prototipação.

Para cada iniciativa formulada nas oficinas foi escolhido um gestor, que deverá acompanhar e fomentar o desenvolvimento dos projetos que dela se originarão.

Após essas etapas, as iniciativas mais relevantes foram consolidadas pelo Comitê gestor e apresentadas a alta gestão do TJPE, ficando definidas 36 (Trinta e Seis) iniciativas alinhadas aos indicadores e objetivos estratégicos, consolidando o planejamento.

Julho 2025 – 1ª Revisão: Diante da necessidade de adequar as iniciativas, indicadores e metas do Plano Estratégico às necessidades atuais da sociedade, foi promovida uma revisão do Plano Estratégico, sobretudo nos itens ligados à área administrativa, com o fito de incluir a temática da participação feminina. Após a revisão, foram incluídos 01 novo objetivo, 01 novo indicador e 08 novas iniciativas.

Março 2026 – 2ª Revisão: Com a revisão, o indicador e as iniciativas relacionadas à participação feminina deixaram de figurar no Objetivo Estratégico "Fortalecer as Políticas Institucionais voltadas à participação feminina", sendo realocados no Objetivo Estratégico "Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas", de modo a compatibilizar os objetivos institucionais com os objetivos da Estratégia Nacional. Ademais, promoveu-se a atualização e/ou inclusão de iniciativas executadas nos últimos anos, tais como aquelas que constam do Calendário Estratégico do TJPE e as que resultaram na obtenção de prêmios de eficiência e inovação concedidos pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e outras entidades. Assim, após a revisão, foram incluídas 38 novas iniciativas e readequadas 03 iniciativas.



Objetivo: Garantir os Direitos Fundamentais**Descrição:**

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça	53,70%	s/m ¹	s/m ¹	s/m ¹	s/m ¹	s/m ¹	s/m ¹

s/m¹ – sem meta pois o Indicador engloba variáveis que serão medidas pelo CNJ.

Origem dos indicadores: CNJ

Iniciativas:**Nome: Justiça Aqui**

Gestor: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo (Corregedoria Geral de Justiça)

Descrição: Facilitar a prestação de serviço jurídico para a população que não tem acesso à informação de forma clara, objetiva e sintética. Instalação de *totens* de autoatendimento localizados nos fóruns, salas passivas e através de parcerias público-privadas em locais estratégicos, de grande circulação de pessoas, para atender principalmente a população menos favorecida.

Nome: Semana Nacional de Registro Civil: Registre-se²

Gestor: Carlos Damião Pessoa Lessa (CGJ - Corregedoria Geral de Justiça)

Descrição: Realização, a cada ano, da Semana Nacional do Registro Civil no Estado de Pernambuco, com foco na ampliação do acesso à documentação civil básica, especialmente para as populações vulneráveis, em articulação com órgãos públicos e entidades da sociedade civil.

Nome: Semana da Justiça pela Paz em Casa³

Gestor: Desa. Valéria Bezerra Pereira Wanderley (Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar)

Descrição: Instituída pela Resolução CNJ 254/2018 para ampliar a efetividade na aplicação da Lei Maria da Penha, dando agilidade ao andamento de processos que envolvem a violência de gênero no Judiciário nacional, bem como apresentar projetos e iniciativas de conscientização sobre a temática. Visa aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher por meio de esforços concentrados de julgamento e ações multidisciplinares de combate à violência doméstica contra as mulheres.

Nome: Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação⁴

Gestor: Desa. Valéria Bezerra Pereira Wanderley e Juíza Ana Cristina de Freitas Mota (Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação do 1º Grau e do 2º Grau)

Descrição: Realização anual de ações preventivas e formativas durante o período de uma semana contemplando magistrados(as), servidores(as), estagiários(as), e terceirizados (as), conforme art. 18-A da Resolução CNJ nº 351/2020.

Nome: Semana de Regularização Fundiária⁵

Gestor: Sara de Oliveira Silva Lima (NUREF - Moradia Legal Pernambuco)

Descrição: Mobilização e conscientização das ações de regularização fundiária, desenvolvidas pelo Poder Judiciário, com base na Resolução CNJ nº 158/2023.

Nome: 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher⁶

Gestor: Desa. Valéria Bezerra Pereira Wanderley (Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar)

Descrição: Realização de ações preventivas de sensibilização da sociedade durante o período dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

² Iniciativa incluída (revisão 2026)

³ Iniciativa incluída (revisão 2026)

⁴ Iniciativa incluída (revisão 2026)

⁵ Iniciativa incluída (revisão 2026)

⁶ Iniciativa incluída (revisão 2026)



Objetivo: Fortalecer as Relações Institucionais do Judiciário com a Sociedade
Descrição:

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário <i>Origem: CNJ</i>	s/m ²	s/m ²	s/m ²	s/m ²	s/m ²	s/m ²	s/m ²
Índice de Transparência do Poder Judiciário - CNJ⁷ <i>Origem: CNJ</i>	61,67%	94%	95%	96%	97%	98%	100%
Índice de Transparência Pública Nacional - ATRICON⁸ <i>Origem: ATRICON - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas</i>	s/m	s/m ⁷	s/m ⁷	99%	100%	100%	100%

s/m² – sem meta pois o CNJ elaborará projeto de aplicação da pesquisa.

s/m⁷ – sem meta pois o levantamento pela ATRICON começou em 2023.

Iniciativas:
Nome: Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário

Gestor: Rebeqa Maciel (Assessoria de Comunicação Social)

Descrição: O CNJ, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), elaborará projeto de aplicação da pesquisa envolvendo as fases de: a) planejamento amostral; b) instrumentos de coleta; e c) estratégias de aplicação do formulário (on-line, presencial etc.).

Nome: TJPE+⁹

Gestor: Juiz José Faustino Macêdo de Souza Ferreira (Coordenadoria de

Governança Institucional)

Descrição: Desenvolvimento de plataforma digital com o objetivo de aproximar o cidadão da Justiça por meio da tecnologia, oferecendo serviços como consulta processual, jurisprudência e, especialmente, a funcionalidade de abertura de queixa on-line dos Juizados Especiais, que permite ao cidadão registrar demandas em linguagem natural, de forma remota, simples e acessível.

Nome: Reformulação do Portal da Transparência¹⁰

Gestor: Juíza Ana Luiza Wanderley Saraiva Câmara / Sandra Maria Mendes de Lima (Coordenadoria de Governança)

Descrição: Reformulação do Portal da Transparência buscando garantir o monitoramento contínuo e sistemático das ações voltadas à transparência pública no TJPE, assegurando a conformidade das informações, publicações e serviços divulgados no Portal da Transparência com os requisitos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Nome: Semana da Família¹¹

Gestor: Marcella Gymena Pedroza Burgos (Coordenadoria da Família)

Descrição: Conjunto de ações formativas, sociais e de acesso à justiça voltadas à promoção da cidadania, fortalecimento das relações familiares e ao cuidado com os diversos públicos que interagem com o sistema de justiça — incluindo servidores, colaboradores terceirizados, estudantes, escolas e a população em geral.

Nome: Projeto Ponto de Inclusão Digital (PID)¹²

Gestor: Adriana Catão (SEPLAN - Escritório de Projetos Corporativos)

Descrição: Instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) nas cidades, povoados, aldeias e distritos que não sejam sede de comarca ou de unidade física do Poder Judiciário, com o objetivo de promover o acesso aos vários ramos da Justiça, conforme Resolução CNJ nº 508/2023.

⁷ Índice de Transparência desmembrado em CNJ e ATRICON (revisão 2026)

⁸ Indicador ATRICON resultante do desmembramento do índice de transparência (revisão 2026)

⁹ Iniciativa incluída (revisão 2026)

¹⁰ Iniciativa incluída (revisão 2026). Concluída em 2025.

¹¹ Iniciativa incluída (revisão 2026)

¹² Iniciativa incluída (revisão 2026)



Objetivo: Promover Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
Descrição:

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta 1	102,08%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Meta 2	97,15%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
TXC das Execuções Fiscais	50,50 %	60,79%	60,29%	59,79%	59,29%	70% ¹³	69,5% ¹⁴
TXL, exceto Execuções Fiscais	71,76%	71,80%	69,8%	67,8%	65,8%	63,8%	61,8%
IAD	200,10%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Tempo de tramitação dos Processos Pendentes Líquidos¹⁵	s/m	s/m ⁶	1400	1350	1300	1250	1200

s/m⁶ – sem meta pois não há relatório para 2020 e 2021.

Origem dos indicadores: CNJ

Iniciativas:
Nome: GUTA¹⁶

Gestor: Juiz José Faustino Macedo de Souza Ferreira / Dayanna Karla Gonzaga Ximenes (Coordenadoria de Governança Institucional)

Descrição: Implementação de um sistema de transmissão de mensagens via WhatsApp, com a 'persona' GUTA, foi criado o sistema de transmissão de mensagens para motivar as equipes para o alcance das metas e estratégias estabelecidas, fortalecendo o engajamento e o comprometimento de magistrados e servidores com os objetivos organizacionais. O projeto objetiva garantir sinergia entre as estratégias das diversas unidades do Tribunal de Justiça de Pernambuco

(TJPE) e a estratégia de governança institucional, através de plataforma de comunicação WhatsApp, busca-se alinhar as informações e novidades gerais do TJPE com as unidades específicas, promovendo a integração e o fluxo contínuo de informações relevantes.

Nome: Gestão e Padronização de Fluxos Processuais

Gestor: Juíza Tatiana Lapa Carneiro Leão (Subcomitê de automação e revisão de Fluxo)

Descrição: Varas especializadas com rotinas processuais e administrativas semelhantes, guiadas pela automatização do sistema PJe e parametrizada por procedimentos previamente definidos.

Nome: Reestruturação das Diretorias de Processamento Remoto

Gestor: Juíza Fernanda Pessoa Chuahy de Paula (Assessoria Especial da Presidência¹⁷)

Descrição: Avaliar e readequar a estrutura das atuais Diretorias de 1º Grau e realizar estudos de viabilidade da expansão das Diretorias para novos seguimentos da justiça.

Nome: MAIA Justiça - Mecanismo Artificial Inteligente de Apoio à Justiça¹⁸

Gestor: Des. Alexandre Freire Pimentel

Descrição: Desenvolver ferramenta que utilize técnicas avançadas de inteligência artificial para apoiar o magistrado e assessores na redação de decisões judiciais e apoio a tomada de decisão. Através da automatização de tarefas de consulta à documentos do sistema PJe, extração das informações processuais e classificação de informações e documentos, análise do processo através da metodologia FIRAC, pesquisa e sugestão de precedentes obrigatórios, súmulas e jurisprudência por similaridade, busca de precedentes do próprio magistrado, bem como análise jurimétrica quanto ao padrão de julgamento ao longo do tempo em casos similares. Garantindo também a explicabilidade, supervisão humana com possibilidade de edição dos textos

¹³ Nova meta definida pelo gestor (revisão 2025)

¹⁴ Nova meta definida pelo gestor (revisão 2025)

¹⁵ Alteração do indicador, conforme Resolução CNJ n. 463/2022 (revisão 2025)

¹⁶ Gestor alterado (revisão 2025), adição de gestora e iniciativa renomeada (revisão 2026)

¹⁷ Cargo ocupado à época da elaboração do Plano Estratégico (2021). Atualmente (2026) ocupa o cargo de Coordenadora Geral dos Juizados Especiais de Pernambuco.

¹⁸ Iniciativa atualizada (revisão 2025)



gerados pela ferramenta, bem como permitindo a auditabilidade das ações. Com isso, trazer maior produtividade e eficiência, reduzindo o tempo utilizado na análise processual e redação das decisões judiciais.

Nome: Semana Nacional de Regularização Tributária¹⁹

Gestor: Juíza Tatiana Lapa Carneiro Leão (Comitê Gestor da Estratégia Diferenciada para Execuções Fiscais)

Descrição: Instituída por meio da Resolução CNJ nº 471/2022, tem por objetivo fomentar soluções consensuais para processos tributários, estimulando o uso das ferramentas de mediação e conciliação, a fim de promover a cooperação e a mudança de cultura na relação entre o Fisco, os contribuintes e o Poder Judiciário.

Nome: Semana Estadual da Infância e Juventude²⁰

Gestor: Keilla Cristiane dos Reis B. de Carvalho (Coordenadoria da Infância e Juventude)

Descrição: Realização de ações com o intuito de priorizar o andamento dos processos judiciais que envolvem crianças na primeira infância (0-6 anos), conforme Resolução CNJ nº 470/2022.

Nome: Semana da Autoinspeção²¹

Gestor: Adriana Catão (SEPLAN - Escritório de Projetos Corporativos)

Descrição: Mobilização instituída pelo Ato Conjunto nº 24/2018, que tem o intuito de desenvolver a cultura do procedimento de arquivamento dos processos mediante um monitoramento dirigido, com a finalidade de redução da taxa de congestionamento das unidades judiciárias.

Nome: Semana Nacional da Pauta Verde²²

Gestor: Juíza Ana Luiza Wanderley Saraiva Câmara (Comitê Estadual de Meio Ambiente)

Descrição: Visa a impulsionar a pauta ambiental no âmbito do Judiciário brasileiro,

priorizando o julgamento de processos estruturais e estimulando a adoção de soluções consensuais em litígios ambientais.

Nome: Semana Nacional de Saúde²³

Gestor: Des. Stenio Neiva Coelho (Comitê Estadual de Saúde)

Descrição: Monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde, com o propósito de realizar ações integradas entre os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo e, ainda, órgãos e entidades atuantes na área de saúde, tanto do setor público, como do privado, conforme art. 5º B da Resolução CNJ nº 107/2010.

Nome: Semana Nacional dos Juizados Especiais²⁴

Gestor: Juíza Fernanda Pessoa Chuahy de Paula (Coordenadoria Geral dos Juizados Especiais de Pernambuco)

Descrição: Realização de ações voltadas à valorização e ao aprimoramento da gestão dos juizados especiais, com ampla participação do público-alvo, e que incentivem empatia, inovação, sustentabilidade e uso de novas tecnologias, em atendimento à Resolução CNJ nº 533/2023.

Nome: CGJ em Ação: muito mais que metas²⁵

Gestor: Desembargador Ricardo Paes Barreto (CGJ - Corregedoria Geral de Justiça)

Descrição: Iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça destinada à qualificação de magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça de Pernambuco, no tocante ao uso dos sistemas utilizados na atividade judicante.

Nome: Bastião²⁶

Gestor: João Guilherme de Melo Peixoto (IDEIAS)

Descrição: Construção de solução de inteligência artificial criada para identificar e combater as chamadas demandas predatórias – ações judiciais em massa, muitas vezes abusivas, que buscam tumultuar o sistema ou gerar vantagens indevidas.

¹⁹ Iniciativa incluída (revisão 2026)

²⁰ Iniciativa incluída (revisão 2026)

²¹ Iniciativa incluída (revisão 2026)

²² Iniciativa incluída (revisão 2026)

²³ Iniciativa incluída (revisão 2026)

²⁴ Iniciativa incluída (revisão 2026)

²⁵ Iniciativa incluída (revisão 2026). Concluída em 2025.

²⁶ Iniciativa incluída (revisão 2026). Concluída em 2024.



Nome: Devir²⁷**Gestor:** João Guilherme de Melo Peixoto (IDEIAS)**Descrição:** Construção de um *framework* voltado ao processo de redesenho e transformação empática, funcional, eficiente e digital de unidades judiciárias nos Tribunais.**Nome: Programa OTIMIZA TJPE²⁸****Gestor:** Juíza Ana Luiza Wanderley Saraiva Câmara (Coordenadoria Estadual de Executivos Fiscais)**Descrição:** Cooperação para racionalização e eficiência no tratamento das execuções fiscais de baixo valor.**Nome: Projeto Implantação do SEEU²⁹****Gestor:** Viviane Freire (SEPLAN - Escritório de Projetos Corporativos)**Descrição:** Implantação do SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado.**Objetivo: Enfrentar a Corrupção, a Improbidade administrativa e os Ilícitos eleitorais****Descrição:**

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Prescrição	s/m	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³
Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais	s/m	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³
Índice dos PADs baixados ³⁰	s/m	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³

s/m³ – sem meta pois o relatório ainda não foi implementado.

Origem dos indicadores: CNJ

Iniciativas:**Nome: Programa de Educação continuada de Servidores e Magistrados em Improbidade Administrativa****Gestor:** Juiz Breno Duarte**Descrição:** Desenvolver programa de vivência em Improbidade administrativa, promovendo periodicamente e de forma continuada oficinas, workshops, cursos e rodas de boas práticas voltadas à temática.

²⁷ Iniciativa incluída (revisão 2026). Concluída em 2024.

²⁸ Iniciativa incluída (revisão 2026).

²⁹ Iniciativa incluída (revisão 2026). Concluída em 2024.

³⁰ Alteração do indicador, conforme Resolução CNJ n. 463/2022 (revisão 2025)



Nome: Automatização do Fluxo processual dos processos de Improbidade**Gestor:** Juíza Nahiane Ramalho**Descrição:** Definir e automatizar fluxo processual das varas, com as etapas do processo de improbidade (checklists) e trazendo jurisprudências. Vistas à maior celeridade ao fluxo, vislumbrando também, junto ao MP, maior objetividade nas petições de improbidade e combate à corrupção.**Nome: Linha de Montagem especializada para processos de Improbidade e Combate à Corrupção****Gestor:** Juiz Rafael de Moraes**Descrição:** Instituir Unidade de Inteligência com estrutura diferenciada da força de trabalho atuando em etapas específicas do processo, equipe técnica com Contadores, especialistas em Direito Financeiro, podendo ser adotada em unidade como Núcleo de Justiça 4.0.**Objetivo: Prevenir Litígios e Adotar Soluções Consensuais para os Conflitos****Descrição:**

Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Conciliação	14,04%	15%	16%	17%	18%	19%	20%
Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs	78,01%	78%	79%	80%	81%	82%	83%

*Origem dos indicadores: CNJ***Iniciativas:****Nome: Plataforma ODR - Online Dispute Resolution³¹****Gestor:** Juíza Ana Luiza Câmara (Coordenadoria dos Juizados Especiais)**Descrição:** Implantar a Plataforma da FGV (SIREC - Sistema Informatizado para resolução de conflitos por meio da Conciliação e Mediação). Res. 335/358 CNJ**Nome: Programa Saber Conciliar****Gestor:** Tarciana Maria Chalegre (Nupemec)**Descrição:** Promover Campanha de Conscientização, sensibilização e capacitação nos temas de Conciliação.**Nome: Semana Estadual de Conciliação³²****Gestor:** Edson Roberto Gonçalves Dias (Nupemec)**Descrição:** Mobilização com esforço concentrado do Poder Judiciário para conciliar o maior número possível de processos em todo o Estado de Pernambuco.

³¹ Iniciativa cancelada em razão da inviabilidade de sua execução (revisão 2025)

³² Iniciativa incluída (2026)



Objetivo: Consolidar os Sistema de Precedentes Obrigatórios**Descrição:**

Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese	s/m	s/m ⁴	s/m ⁴	s/m ⁴	s/m ⁴	s/m ⁴	s/m ⁴
TM entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IRDR	s/m	s/m ⁴	s/m ⁴	s/m ⁴	s/m ⁴	s/m ⁴	s/m ⁴
TM entre afetação/admissão e publicação do acórdão no IAC.	s/m	s/m ⁴	s/m ⁴	s/m ⁴	s/m ⁴	s/m ⁴	s/m ⁴

s/m⁴ - sem meta pois o mapeamento do fluxo está em andamento, para que seja possível a extração dos relatórios.

Origem dos indicadores: CNJ

Iniciativas:

Nome: Estabelecer fluxos de trabalho e automações relacionadas ao acervo classificável em IRDR e IAC³³

Gestor: Juíza Raquel Barofaldi Bueno (Coordenadoria de Governança Institucional e CIJUSPE)

Descrição: Estabelecer fluxos de trabalhos e automações, em parceria com o CIJUSPE e o NUGEPNAC, para gestão dos precedentes e julgamento dos processos classificáveis nos IRDR e IAC (Julgar os que já têm acórdão e estão sobrestados com identificação; definir fluxo para: a suspensão e gestão dos suspensos com IAC e IRDR, a identificação e julgamento dos assuntos já conhecidos e a classificação dos processos com assuntos ainda não classificados).

Nome: Redefinir Fluxo no 2º grau para julgamento dos IAC e IRDR

Gestor: Juiz Rafael Souza Cardozo (CIJUSPE)

Descrição: Definir e efetivar fluxo dos processos de IRDR e IAC no segundo grau, priorizando os que impactem maior número de processos.

³³ Iniciativa renomeada e descrição ajustada (revisão 2026)



Objetivo: Promover a Sustentabilidade**Descrição:**

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)	56.90%	54%	56%	58%	60%	64%	66%

Origem do indicador: CNJ

Iniciativas:**Nome: Programa de Promoção da Sustentabilidade**

Gestor: Ayrton da Rocha Lapa Filho (Comissão de Sustentabilidade)

Descrição: Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social, incluindo as seguintes áreas de atuação em Projetos: Compras e Contratações Sustentáveis, Plano de Capacitação para o tema da Sustentabilidade, Plano de Comunicação, Ações de Sensibilização, Inclusão social.

Nome: Aquisição de Energia Renovável³⁴

Gestor: Norma de Miranda Lyra (Diretoria de Engenharia e Arquitetura - SIOB)

Descrição: Aquisição de energia renovável a partir da locação de fonte fotovoltaica para atender as unidades consumidoras classificadas como "Grupo B", por meio de sistema de compensação.

Nome: Semana do Meio Ambiente³⁵

Gestor: Ayrton da Rocha Lapa Filho (SEPLAN - Núcleo de Sustentabilidade)

Descrição: Ações de fortalecimento da cultura de sustentabilidade e de conscientização dos integrantes da instituição e da população sobre a importância do cuidado com o meio ambiente, além de proporcionar a vivência de experiências sobre o assunto.

³⁴ Iniciativa incluída (revisão 2025)

³⁵ Iniciativa incluída (revisão 2026)



Objetivo: Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal
Descrição:

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social.

Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa de Encarceramento	326,03	320	310	300	290	280	270
Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento	1668,18	1600	1550	1500	1450	1400	1350
Tempo Médio das Decisões em Execução Penal	s/m	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³
Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Processos Provisórios	s/m	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³	s/m ³

s/m³ – sem meta pois o relatório ainda não foi implementado.

Origem dos indicadores: CNJ

Iniciativas:
Nome: Diretoria Estadual da Execução Penal
Gestor: Juiz Roberto Costa Bivar

Descrição: Tem como objetivo uniformizar os procedimentos, atividade cartorárias, equilibrar a força de trabalho, recebimento e distribuição das guias de recolhimento para autuação ou juntada, contemplar grupo especialista para dar suporte ao BNMP.

Nome: CACRI – Central de Audiências Criminais
Gestor: Juiz Rafael Souza Cardozo (CIJUSPE)

Descrição: Audiências Criminais Remotas centralizadas, atendendo a diversas comarcas por meio de Salas passivas.

Nome: Mês das Inspeções nos Programas Socioeducativos³⁶

Gestor: Felipe Amorim (GMF - Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo)

Descrição: Ações voltadas à orientação, mobilização e suporte para o correto preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeção de Unidades e Programas Socioeducativos - CNIUPS, bem como para a adesão e realização de inspeções nos Programas Executores de Medidas Socioeducativas em meio aberto.

Nome: Mês Estadual do Júri³⁷

Gestor: Juiz Emiliano Cesar Gosta Galvão de França (Coordenadoria Criminal)

Descrição: Realização de sessões do júri em todos os dias do mês de maio de cada ano.

Nome: Mês Nacional do Júri³⁸

Gestor: Juiz Emiliano Cesar Gosta Galvão de França (Coordenadoria Criminal)

Descrição: Impulsionamento do maior número possível de processos relacionados ao julgamento de crimes dolosos contra a vida, ao mesmo tempo em que se busca obter informações detalhadas sobre as dificuldades enfrentadas pelos Tribunais na operacionalização das sessões de julgamento, em atendimento à Portaria CNJ nº 69/2017.

³⁶ Iniciativa incluída (revisão 2026)

³⁷ Iniciativa incluída (revisão 2026)

³⁸ Iniciativa incluída (revisão 2026)



Nome: Mutirão de Revisão de Processos de Réus Presos³⁹

Gestor: Juiz Emiliano Cesar Gosta Galvão de França e Juíza Mirna dos Anjos Tenório de M. Gusmão (Coordenadoria Criminal)

Descrição: Reanálise das prisões cautelares nos processos em trâmite no Estado de Pernambuco, especialmente para as pessoas presas atualmente no Presídio de Igarassu, no Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna – COTEL, no Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros – PJALLB e no Presídio Frei Damião de Bozzano – PFDB.

Nome: Mutirão Processual Penal⁴⁰

Gestor: Des. Mauro Alencar de Barros (Coordenadoria Criminal/GMF - Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo)

Descrição: Promoção da revisão ampla de prisões cautelares e de execuções penais, no âmbito do Mutirão Processual Penal – Pena Justa, conforme programação, diretrizes e critérios estabelecidos em Portaria do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com o objetivo de reavaliar de ofício as prisões, garantir a atualidade das prisões preventivas (especialmente aquelas com duração superior a 1 ano), assegurar o cumprimento das decisões vinculantes do STF e promover o saneamento do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), mediante a baixa de processos sem pena remanescente ou prescrita e o julgamento de incidentes vencidos, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade, notadamente mulheres gestantes, mães e responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência, inclusive com a análise da possibilidade de substituição da prisão por medidas cautelares diversas ou prisão domiciliar.

Nome: Implantação da Plataforma Socioeducativa⁴¹

Gestor: Felipe Amorim (GMF - Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo)

Descrição: Implantação da Plataforma Socioeducativa (PSE), que é um softsare que tem por objetivo auxiliar a gestão dos processos de execução de medidas socioeducativa, desenvolvido de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça, visando o cumprimento do disposto no art. 11-B da Resolução CNJ nº 77/2009.

Nome: Implantação do BNMP 3.0⁴²

Gestor: Viviane Freire (SEPLAN - Escritório de Projetos Corporativos)

Descrição: Implantação do BNMP 3.0 no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

³⁹ Iniciativa incluída (revisão 2026)

⁴⁰ Iniciativa incluída (revisão 2026)

⁴¹ Iniciativa incluída (revisão 2026). Concluída em 2025.

⁴² Iniciativa incluída (revisão 2026). Concluída em 2025.



Objetivo: Aperfeiçoar a gestão administrativa e a Governança Judiciária**Descrição:**

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça.

Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”	59,78%	60%	65%	70%	75%	80%	85%

Origem dos indicadores: CNJ

Iniciativas:**Nome: Programa de Governança Corporativa**

Gestor: Juiz José Faustino Macedo de Souza (Coord. de Governança)⁴³

Descrição: Estruturar a área, os processos e as atribuições para que haja uma eficiente e continuada governança institucional, promovendo Direção e controle, Gestão de portfólio – com a priorização das iniciativas estratégicas, Indicadores - avaliação continuada, prêmio CNJ de qualidade e saneamento do DATAJUD.

Nome: Projeto de reestruturação organizacional

Gestor: Marcel Lima (Diretoria Geral)⁴⁴

Descrição: Promover o redesenho da atual estrutura organizacional do TJPE estabelecida pela resolução nº 302 de 2010 com o objetivo de torná-la mais funcional, horizontal e eficiente.

Nome: Reunião de Análise da Estratégia (RAE)⁴⁵

Gestor: Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica - SEPLAN

Descrição: Realização reuniões periódicas de avaliação e acompanhamento dos resultados da estratégia, nas quais poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

Nome: Reunião Participativa das Metas Nacionais⁴⁶

Gestor: Juiz José Faustino Macedo de Souza Ferreira (Coordenadoria de Governança Institucional)

Descrição: Reunião realizada em formato remoto (via *Microsoft Teams*) com a participação de diversas unidades do Tribunal visando à discussão de dados, desafios e boas práticas relacionados às metas nacionais do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Nome: Audiência Pública das Metas Nacionais⁴⁷

Gestor: Juiz José Faustino Macedo de Souza Ferreira (Coordenadoria de Governança Institucional)

Descrição: Promoção de debate público e transparente sobre o desempenho e os desafios relacionados para a elaboração das Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça - CNJ do ano subsequente. Além do público interno, integrantes e representantes de diversos segmentos da sociedade são convidados a contribuir, a exemplo da Defensoria Pública Estadual; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção Pernambuco; Procuradoria Geral da Justiça – Ministério Público Estadual; Secretaria da Defesa Social; Delegado Geral da Polícia Civil de Pernambuco; Procuradoria Geral do Município do Recife; Associação dos Magistrados Estaduais de Pernambuco (Amepe); e Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (Sindjud/PE).

⁴³ Gestor alterado (revisão 2025)

⁴⁴ Gestor alterado (revisão 2025)

⁴⁵ Iniciativa incluída (revisão 2026)

⁴⁶ Iniciativa incluída (revisão 2026)

⁴⁷ Iniciativa incluída (revisão 2026)



Nome: Projeto Agregação de Comarcas⁴⁸

Gestor: Adriana Catão (SEPLAN - Escritório de Projetos Corporativos)

Descrição: Agregação das comarcas de 1ª Entrância do Estado, cuja distribuição processual seja inferior a 50% (cinquenta por cento) da média de caso novos, no último triênio, nos termos estabelecidos pelo art. 9º da Resolução CNJ nº 184/2013.

Nome: Implantação do Sistema de Recursos Humanos, Folha e BI (AdmRH)⁴⁹

Gestor: Wagner Lucena (Secretaria de Gestão de Pessoas)

Descrição: A adoção de uma nova plataforma de gestão de recursos humanos visa a modernização tecnológica e substituição de sistemas legados, viabilizando melhor atender as necessidades da Secretaria de Gestão de Pessoas e demais áreas do TJPE.

⁴⁸ Iniciativa incluída (revisão 2026)

⁴⁹ Iniciativa incluída (revisão 2026)



Objetivo: Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas
Descrição:

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Também envolve a adoção de medidas e estratégias para assegurar a igualdade de gênero no ambiente do TJPE, com diretrizes e mecanismos que incentivem a participação de mulheres nos cargos de chefia e assessoramento, bancas de concurso, entre outros, conforme Resolução Nº 255 de 2018 do CNJ.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Absenteísmo-doença	0,91%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho	6,20%	5,0%	6,0%	7,0%	8,0%	9,0%	10,0%
Índice de Capacitação de Magistrados	23,44%	65,0%	70,0%	72,0%	75,0%	78,0%	80,0%
Índice de Capacitação de Servidor	66,04%	90,0%	91,0%	92,0%	93,0%	94,0%	95,0%
IPartFemJud - Índice de Participação Feminina no Judiciário	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m

s/m – sem meta

Origem dos indicadores: CNJ

Iniciativas:

Nome: Programa de mapeamento e acompanhamento dos adoecimentos psiquiátricos

Gestor: Suely Martins Leite (Junta Médica)⁵⁰

Descrição: Realizar o mapeamento e acompanhamento dos adoecimentos psiquiátricos e encaminhamento à Diretoria de saúde para desenvolver ações de promoção e prevenção.

Nome: Rede de enfrentamento ao Assédio Moral

Gestor: Eliseu Magno Silva Carneiro (Diretoria de Desenvolvimento Humano)⁵¹

Descrição: Fortalecer a campanha de enfrentamento ao Assédio, com ampla divulgação de temas relacionados, além de formalização e divulgação de canal seguro e oficial para denúncia de Assédio moral, perseguição, ingerência. Promover o fortalecimento/empoderamento do servidor para combate ao assédio moral através de Cartilhas, Interação com gestores.

Nome: Gestão por Competência

Gestor: Valéria Temporal (Diretoria Desenvolvimento Humano)⁵²

Descrição: Priorizar a implantação do projeto de Gestão de Competências.

Nome: Desenvolvimento Digital dos Servidores

Gestor: Luís Eduardo Saraiva Câmara (Secretaria de Gestão de Pessoas)

Descrição: Promover a oferta de cursos e capacitar servidores específicos, além de criar Rede de disseminação de conhecimentos, atuando como multiplicadores, auxiliando os colegas na introdução às plataformas digitais.

Nome: Programa de Capacitação em Gestão para Magistrados

Gestor: Silvio Romero Beltrão (Escola Judicial)

Descrição: Criação de uma Trilha de capacitação com cursos voltados à formação dos magistrados como gestores de suas unidades, preparando-os para atuarem, de fato, como gestores, em todos os aspectos.

⁵⁰ Gestor alterado (revisão 2025)

⁵¹ Gestor alterado (revisão 2025)

⁵² Gestor alterado (revisão 2025)



Nome: Fortalecimento do Instituto Plenitude

Gestor: Luís Eduardo Saraiva Câmara (Secretaria de Gestão de Pessoas)

Descrição: Redefinir e reestruturar o Instituto Plenitude (PORTARIA 05 / 2019 - Cria o Instituto Plenitude) como um propulsor da qualidade de vida dentro do Tribunal de Justiça do TJPE, atuando de forma integrada entre a SGP (Diretoria de Saúde, Junta Médica, Gerencia de bem estar) e a ESMAPE.

Nome: Regulamentação nas Modalidades do Trabalho no TJPE

Gestor: Luís Eduardo Saraiva Câmara (Secretaria de Gestão de Pessoas)

Descrição: Readequar as métricas de produtividade para os trabalhos desenvolvidos de forma presencial e na modalidade de teletrabalho com critérios objetivos, bem com revisar a regulamentação do teletrabalho na instituição e ampliar para as atividades das áreas fim e meio do Tribunal.

Nome: Integra SGP⁵³

Gestor: Patrícia Mesquita (Gerência de Promoção do Bem Estar – DDH/SGP).

Descrição: Apresentação de palestra(s) por profissional(is) especializado(s) da referida área do conhecimento, em consonância com a Política de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário - Resolução n.º 240/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Nome: Semana de Saúde do TJPE⁵⁴

Gestor: Dalva Maria de Albuquerque Pascoal/Patrícia Travassos Karam de Arruda (Diretoria de Saúde)

Descrição: Promoção da conscientização e do aprendizado sobre práticas que favoreçam a saúde integral, abordando aspectos físicos, emocionais e cognitivos para uma vida mais equilibrada e produtiva.

Nome: Promoção da Participação Feminina Institucional

Gestor: Presidência

Descrição: Propor políticas institucionais internas de valorização da Mulher que estimulem e apoiem a participação feminina nas promoções por merecimento, na designação para cargos na alta administração, nas cortes eleitorais, nos

cargos/funções de chefia e assessoramento, comitês e grupos de trabalho, dentre outros.

Nome: Bravas Pernambucanas - Homenagem às Mulheres

Gestor: Patrícia Mesquita (Gerência de Promoção do Bem Estar – DDH/SGP)

Descrição: O projeto Projeto Bravas Pernambucanas - Homenagem às Mulheres visa estimular o desenvolvimento de talentos, o trabalho criativo e a inovação, além da valorização das magistradas e das servidoras, bem como de suas experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes.

⁵³ Iniciativa incluída (revisão 2026)

⁵⁴ Iniciativa incluída (revisão 2026)



Objetivo: Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira
Descrição:

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.

Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias	88,29%	88,0%	87,0%	86,5%	86,0%	85,5%	85,0%
Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias	64,85%	72,0%	75,0%	77,0%	79,0%	81,0%	83,0%
Índice de Execução para Projetos	27,96%	s/m ⁵	s/m ⁵	s/m ⁵	s/m ⁵	s/m ⁵	s/m ⁵

s/m⁵ – sem meta pois as ações do TJPE não estão estruturadas como projetos.

Origem dos indicadores: CNJ

Iniciativas:
Nome: Aperfeiçoar a Gestão dos Processos Orçamentários⁵⁵

Gestor: Frederico Alberto Leite Schondorfer (ASSEF)

Descrição: Definição, redefinição e documentação dos fluxos dos processos inerentes ao orçamento (Fluxos, Sistemas, Pessoas, Autorizações), melhorando a eficiência orçamentária e possibilitando informações mais precisas e instantâneas sobre o andamento do Orçamento e suas Estratégias.

Nome: Ferramenta de apoio à tomada de decisão

Gestor: Marcel da Silva Lima (Diretoria Geral)⁵⁶

Descrição: Instituir no Tribunal ferramenta para tomada de decisão (Sistema de

gestão, com possibilidade de criação de centro de custos para análise mais detalhada e maior assertividade na tomada de decisão).

Nome: Programa de Capacitação para Gestores em Orçamento e Contratos

Gestor: Marcel da Silva Lima (Diretoria Geral).

Descrição: Desenvolvimento de Trilhas de capacitação específicas para os colaboradores que trabalham com orçamento, nas diversas áreas do TJ; Trilha de capacitação para os Gestores de contratos.

Nome: Implementação do Sistema de Gestão da Arrecadação e Cobrança - Sigac⁵⁷

Gestor: Isaac Newton (DIGEAR - SEFIC)

Descrição: Definição, redefinição e documentação dos fluxos dos processos inerentes ao orçamento (Fluxos, Sistemas, Pessoas, Autorizações).

Nome: Modelo de Apuração de Custos⁵⁸

Gestor: Carleide Bezerra (DICON - SEFIC)

Descrição: Apurar os custos diretos por Juizado Especiais, Unidades administrativas vinculadas à Diretoria Geral e Presidência, unidades da atividade fim, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 34 - Custos no Setor Público de 18 de novembro de 2021.

Nome: Projeto SISCONDJ⁵⁹

Gestor: Marta Vasconcelos (SEPLAN - Escritório de Projetos Corporativos)

Descrição: Implantação de um sistema que possibilite a automação do processamento de ordens judiciais, precatórios e requisições de pequenos valores - RPV, compreendendo os serviços de emissão de guias de acolhimento de depósitos judiciais, consultas de saldos e extratos e de informações gerenciais e levantamento de contas e ou parcelas de depósitos judiciais e emissão de alvará eletrônico e seu pagamento via pix.

⁵⁵ Iniciativa atualizada (revisão 2025)

⁵⁶ Gestor alterado (revisão 2025)

⁵⁷ Iniciativa incluída (revisão 2025)

⁵⁸ Iniciativa incluída (revisão 2025)

⁵⁹ Iniciativa incluída (revisão 2026). Concluído em 2025.



Nome: Laura⁶⁰

Gestor: João Guilherme de Melo Peixoto (IDEIAS)

Descrição: Desenvolvimento, no âmbito do Instituto de Desenvolvimento de Inovações Aplicadas (IDEIAS TJPE)/Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) de sistema computacional (ferramenta matemática) para padronizar, registrar e automatizar os cálculos de liquidação e de custas processuais, aumentando agilidade, precisão, rastreabilidade e transparência, além de facilitar auditorias e apoiar a gestão administrativa do Judiciário. O nome homenageia Maria Laura Moura Mouzinho Leite Lopes.

Objetivo: Fortalecer a estratégia nacional de TIC e a proteção de dados

Descrição:

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Indicadores:

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
IGovTIC-JUD	88%	80%	85%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acerto Total	66,47%	70%	80%	90,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Origem dos indicadores: CNJ

Iniciativas:

Nome: Gestão de Portfolio de Projetos

Gestor: Rhyan Roberto Ranzan de Britto (Assessoria de Governança de TIC)⁶¹

Descrição: Através dos Comitês, estar desenvolvendo a governança de tecnologia da informação por meio da coordenação e aplicação de diretrizes estratégicas para a liderança, estrutura organizacional e processos de TI que garantam os objetivos institucionais deste Poder Judiciário, trabalhar na definição de fluxos, na gestão e priorização de demandas e Inclusão de unidade de negócio.

Nome: Adequação da carreira do profissional de TI no TJPE⁶²

Gestor: Juliana Neiva de Gouvêa Ribeiro (SETIC)

Descrição: Promover a valorização do pessoal de TIC, visando à retenção e ao reconhecimento destes servidores do quadro de pessoal do TJPE.

⁶⁰ Iniciativa incluída (revisão 2026). Concluído em 2024.

⁶¹ Gestor alterado (revisão 2025)

⁶² Descrição da iniciativa atualizada (revisão 2025)



Nome: Atualização e automatização do PJe**Gestor:** Ioná Leite Mota (Coordenadoria do PJe)**Descrição:** Aprimorar os fluxos do PJe, em sua completude, resultando na padronização e automatização das rotinas, integração aos sistemas de órgãos externos, proporcionando rapidez aos atos processuais, beneficiando os operadores do Direito, além de garantir economia.**Nome: Plano de Transformação Digital (PTD – TJPE)****Gestor:** Juliana Neiva de Gouvêa Ribeiro (SETIC)⁶³**Descrição:** Tem como objetivo promover a transformação digital, do Poder Judiciário, através de iniciativas que por meio da Tecnologia da Informação transformem de forma direta processos, procedimentos e análises, apresentando ganhos de produtividade e economia, fazendo com que o órgão ofereça melhores serviços à sociedade. O Plano é previsto pela Resolução nº 370, de 08 de janeiro de 2021 que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).**Nome: Aprimorar a segurança da informação e a Gestão de Dados****Gestor:** Marcelo Ferreira Lima (Núcleo de Segurança da Informação).**Descrição:** Efetivar o protocolo de prevenção de incidentes cibernéticos do Poder Judiciário, instituído na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (ENSEC-PJ) através da Resolução CNJ nº 396/2021. Contempla a melhoria da infraestrutura de segurança relacionando-se à proteção de aplicações, aumento da disponibilidade, monitoramento e plano de continuidade de TIC.**Nome: Suporte tecnológico à implantação da LGPD****Gestor:** Marcelo Ferreira Lima (Núcleo de Segurança da Informação)**Descrição:** Viabilizar a implantação da LGPD no Tribunal referente aos meios tecnológicos, adaptação de aplicações e infraestrutura necessária para seu funcionamento.**Nome: Adoção de Arquitetura e Plataforma de Serviços em Nuvem****Gestor:** Raphael José D'Castro (SETIC)**Descrição:** Promover a utilização de serviços em nuvem que simplifiquem a estrutura física, proporcionem ambiente colaborativo, viabilizem a integração, promovendo a escalabilidade, elasticidade, melhor gerenciamento dos recursos computacionais para atender a dinâmica de demandas na utilização dos sistemas, aumentando os níveis de segurança da informação e proteção de dados.**Nome: Modernização dos serviços de TIC****Gestor:** Juliana Neiva de Gouvêa Ribeiro (SETIC)**Descrição:** Investir na transição dos sistemas legados para plataformas mais atualizadas, com arquiteturas mais modernas, que viabilizem otimização de tempo, equipe de suporte, continuidade dos serviços, desempenho, aderência às melhores práticas de acessibilidade e experiência do usuário. Assim como em melhorias dos recursos de infraestrutura tecnológica que suportem esses serviços.**Nome: Implantação de Governança de Dados e Data Analytics⁶⁴****Gestor:** Maria Eugênia Cabral (Assessoria Técnica em Ciência de Dados)**Descrição:** A adoção de uma nova plataforma de D&A visa a modernização tecnológica e substituição de sistemas legados, além do aumento da eficiência operacional e redução de custos operacionais.**Nome: Programa do Processo Judicial Eletrônico - Projeto Digitalização do Acervo Físico (2022-2024) ⁶⁵****Gestor:** Viviane Freire (SEPLAN - Escritório de Projetos Corporativos)**Descrição:** Promover a digitalização e a migração de todo o acervo Cível e Criminal para o PJe.

⁶³ Gestor alterado (revisão 2025)

⁶⁴ Iniciativa incluída (revisão 2025)

⁶⁵ Iniciativa incluída (revisão 2026). Concluída em 2025.



CONTROLE DE REVISÕES

Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco 2021–2026

1. Histórico de Revisões

Revisão	Versão	Data	Elaborado por	Descrição Geral
01	-	2025	Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SEPLAN)	Inclusão/cancelamento/atualização de iniciativas e atualização de gestores; inclusão de 1 indicador. Documento: Plano Estratégico 2021-2026 revisado em 2025
02	V03	2026	Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SEPLAN)	Atualização da composição do Tribunal Pleno, desmembramento de um indicador, inclusão/cancelamento/atualização de iniciativas e atualização de gestores. Documento: Plano Estratégico TJPE 2021-2026_REV02-V03

2. Detalhamento das Alterações — Revisão 02 (REV02-V03/2026)

Nº	Seção / Item	Tipo	Descrição da Alteração	Referência
1	Tribunal Pleno — Composição	ATU	Acrescidas informações de aposentadoria com datas e indicação dos cargos atuais de: Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Corregedor, Ouvidor-Geral e Diretora-Geral da ESMape.	Seção “Tribunal Pleno”
2	Tribunal Pleno — Novos membros	INC	Incluídos 23 novos desembargadores empossados no período 2022–2026: Isaías Andrade Lins Neto, Paulo Romero de Sá Araújo, Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho, Raimundo Nonato de Souza Braid Filho, Eduardo Guilliod Maranhão, Luiz Gustavo Mendonça de Araújo, Paulo Augusto de Freitas Oliveira, Alexandre Freire Pimentel, Luciano de Castro Campos, Valéria Bezerra Pereira Wanderley, Paulo Roberto Alves da Silva, André Vicente Pires Rosa, José Severino Barbosa, Virgínio Marques Carneiro Leão, Airton Mozart Valadares Vieira Pires, Marcelo Russell Wanderley, Ângela Cristina de Norões Lins Cavalcanti, Andrea Epaminondas Tenório de Brito, Élio Braz Mendes, Marcos Antônio Matos de Carvalho, Paulo Victor Vasconcelos de Almeida, Djalma Andreolino Nogueira Júnior e Carlos Gil Rodrigues Filho.	Seção “Tribunal Pleno”
3	Equipe de Elaboração — José Faustino Macedo de Souza Ferreira	INC	Acrescida nota esclarecendo cargo atual (2026) de Coordenador-Geral da Coordenadoria de Governança Institucional”.	Seção “Colaboradores”
4	Colaboradores — Daisy Maria de Andrade Costa Pereira	ALT	Acrescida a função “Diretora-Geral da ESMape” ao nome da colaboradora.	Seção “Colaboradores”

Nº	Seção / Item	Tipo	Descrição da Alteração	Referência
5	Indicadores — Índice de Transparência	ALT	Índice de Transparência desmembrado em dois indicadores distintos: CNJ e ATRICON.	Objetivos Estratégicos — Indicadores; Notas 7 e 8
6	Iniciativas — Inclusão (Revisão 2026)	INC	38 novas iniciativas incluídas em diferentes objetivos estratégicos.	Objetivos Estratégicos (múltiplos); Notas 2–6, 9–12, 19–29, 32, 35–42, 45–49, 53–54, 59–60, 65
7	Iniciativas — Atualização de gestores	ALT	Gestores alterados em 9 iniciativas.	Objetivos Estratégicos; Notas 16, 43, 44, 50, 51, 52, 56, 61, 63
8	Iniciativas — Atualização de conteúdo	ALT	Adequação: descrições ou escopos ajustados em iniciativas existentes. Uma iniciativa renomeada e descrição ajustada (“Estabelecer fluxos de trabalho e automações relacionadas ao acervo classificável em IRDR e IAC”).	Objetivos Estratégicos; Notas 18, 33, 55
10	Iniciativas — Registro de conclusão	ATU	9 iniciativas registradas como concluídas entre 2024 e 2025.	Objetivos Estratégicos; Notas 10, 25–27, 29, 41–42, 59–60, 65
11	Nota explicativa de cargo	INC	Acrescida nota esclarecendo cargo ocupado pela Gestora da iniciativa à época da elaboração do Plano (2021) versus cargo atual (2026): Coordenadora Geral dos Juizados Especiais de Pernambuco.	Objetivos Estratégicos; Nota 16

Legenda dos Tipos de Alteração

Sigla	Significado
INC	Inclusão — elemento inexistente na versão anterior
ALT	Alteração — modificação de conteúdo preexistente
ATU	Atualização de status — registro de conclusão ou situação